

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
 JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
 JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
 LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
 RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALCUETO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

‘A ficha caiu’



Quando um dos principais investidores do País declara publicamente que errou por ter acreditado na seriedade de Lula no trato das contas públicas, o recado do mercado está dado

Como muitos brasileiros, o presidente e diretor de investimentos da Verde Asset, Luis Stuhlberger, lamenta ter confiado na possibilidade de o presidente Lula da Silva fazer um esforço para equilibrar as contas públicas. “Eu me penitencio por ter acreditado que o PT teria alguma seriedade fiscal”, afirmou em encontro com investidores.

O gestor do Fundo Verde, conhecido por entregar resultados que superam em muito a rentabilidade média do mercado, disse que "a ficha caiu" quando o Executivo anunciou mudanças na meta fis-

cal de 2025 e transformou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em uma peça de ficção.

Stuhlberger não está sozinho em sua decepção. Muitos analistas acreditaram no arcabouço e nas metas fiscais quando eles foram apresentados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no início do ano passado. Nas últimas semanas, no entanto, mesmo os mais otimistas têm demonstrado preocupação com a evolução das contas públicas.

Nem mesmo o fato de a Moody's ter elevado a perspectiva da nota de crédito do País de estável para positiva acalmou o

mercado financeiro. Ao contrário. Para Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central (BC) e sócio da Gávea Investimentos, sob o ponto de vista fiscal, o Brasil, inclusive, já deveria ter sido rebaixado.

Não se pode dizer que Stuhlberger ou Fraga sejam pessoas ingênuas. Ao contrário da maioria dos brasileiros, ambos são grandes investidores e têm plenas condições de proteger seu patrimônio e o de seus clientes. E é o que já estão fazendo, como tradicionalmente ocorre em momentos de incertezas e turbulências.

Reduzir a exposição a ações de empresas brasileiras ou títulos emitidos pelo governo e optar por ativos mais seguros, a exemplo dos títulos do Tesouro norte-americano, não é torcer contra o País ou ser antipetista, mas ser realista e corrigir posições antes que elas custem caro.

Um ano antes da última eleição presidencial, o gestor do Fundo Verde declarou publicamente que jamais votaria novamente em Jair Bolsonaro, a quem atribuía a pior gestão mundial no combate à pandemia de covid-19. Fraga, por sua vez, declarou voto em Lula da Silva em nome da defesa da democracia, continuamente alvejada por Bolsonaro entre 2019 e 2022.

Não foram os únicos. Muitos brasileiros agiram como eles e apostaram suas fichas em Lula da Silva na disputa eleitoral de 2022. E o fizeram não por acreditar na agenda econômica do PT, mas para se verem livres de Bolsonaro – um motivo mais do que compreensível diante de seu pavoroso governo.

Muitos imaginavam que Lula da Silva teria, enfim, compreendido que os equívocos do governo Dilma Rousseff não apenas geraram uma profunda recessão,

como criaram as condições ideais para a eleição de um desqualificado como Jair Bolsonaro.

A origem da crise que a derrubou foi justamente a desastrosa política econômica que a então presidente legou ao País. Desde aquela trevosa época, déficits primários assumiram um caráter permanente, como se o País nunca tivesse sido capaz de apresentar um Orçamento minimamente equilibrado.

A facilidade com que o atual governo desrespeitou o arcabouço fiscal – que, diga-se de passagem, este mesmo governo propôs – mostrou que Lula da Silva não é só incapaz de aprender com os erros do passado; ele é incapaz de entender que errou.

"Me caiu a ficha de como pude acreditar que haveria o mínimo de responsabilidade desse governo cujo único objetivo é ganhar eleição", afirmou Stuhlberger, ecoando um sentimento que é de muitos neste momento em que a democracia não está mais sob ameaça.

O petista não entendeu, até hoje, por que foi eleito por uma margem tão estreita de votos nem assimilou por que não conseguiu reunir nem 2 mil pessoas para vê-lo discursar no ato comemorativo do 1.º de Maio em São Paulo. Tampouco foi convencido sobre a importância de zerar o déficit fiscal, que para ele é uma discussão inócua e irritante.

Seria bom que algum de seus numerosos assessores tentasse explicar ao chefe a importância desses e de outros temas para a estabilidade de seu próprio governo. Na falta de candidatos, o mercado, que nunca é pego de surpresa e sempre se antecipa à chegada de crises, tem dado um eloquente recado. ●

Um governo que atira a esmo

Lula já cumpriu um terço do mandato, mas seu governo ainda prepara 'projetos' para a segurança pública. Enquanto isso, renova a ineficaz operação militar em portos e aeroportos

Passado um terço do mandato, o governo do presidente Lula da Silva coleciona uma constrangedora soma de erros e fragilidades na segurança pública. Numa área especialmente sensível para a população e historicamente desprezada pelo PT, até se abriu uma boa janela de oportunidade com a transferência do então ministro da Justiça e Segurança Pública – o animador de auditório Flávio Dino – para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, e sua substituição pelo discreto Ricardo Lewandowski. A mudança nesse caso teria sido uma chance notável para a pasta, trocando o histerionismo populista de um para a desejada qualificação técnica e o comedimento de outro. O estilo do titular pode ter mudado, mas o governo continua errático no enfrenta-

mento daquele que é hoje, segundo pesquisas, o principal problema nacional na opinião da população.

Tomase-se o exemplo da prorrogação da operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Anuncia-da há seis meses com a convicção entre especialistas de que seria uma medida ineficaz, a GLO acaba de ser renovada por 30 dias — e depois se sabe lá até quando, conforme as conveniências pirótec-nicas da gestão lulopetista. No papel, o objetivo da operação é promover uma “asfixia” de organizações criminosas que usam os principais terminais aereop-oritários, ou seja, os portos de Santos, do Rio de Janeiro e de Itaguaí e os aereop-or-tos do Galeão e de Guarulhos. Na prática, confirmaram-se os prognósti-co mais desabonadores: alto custo fi-

nanceiro, uso indevido das Forças Armadas, volume e qualidade de apreensões questionáveis e uma descabida teatralidade para a tal "asfixia", enquanto o crime se mostra muito mais preparado para driblar as autoridades do que faz crer a fiscalização com local e hora marcados.

Como este jornal já afirmou, a GLO de Lula é uma demonstração das razões pelas quais a situação de segurança pública está do jeito que está: tudo parece resumir-se a uma grande farsa. Seria pedir, por decreto, para dar errado. Como, afinal, o crime organizado pode ser enfrentado com uma força-tarefa em três portos e dois aeroportos, e que por sua natureza precisa ter prazo temporário? Ademais, trata-se não só de uma medida inútil, mas também de um equívoco institucional e funcional por envolver as Forças Armadas na segurança pública. Militares não têm essa atribuição nem foram treinados para isso, lição aprendida na intervenção federal do Rio de Janeiro, em 2018. Mas o espalhamento na segurança pública costuma ser um atalho providencial para lideranças movidas por mero cálculo político-eleitoral. Rende boas imagens, produz barulho e gera a falsa sensação de que o governo está trabalhando contra o crime.

Nesta semana, o secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, disse ao **Estadão** que o combate ao crime organizado deve ser prioridade nú-

mero um. A partir de sua experiência como procurador-geral de Justiça de São Paulo, Sarubbo demonstrou apostar na estratégia de asfixia financeira das facções, no reforço das equipes de investigação de crimes e no aumento dos efetivos das polícias estaduais. Para ele, isso exige inteligência, melhora nos índices de esclarecimento de crimes e baixa letalidade policial. Difícil discordar. É um bom cardápio de ideias, especialmente num governo que costuma acreditar que a prevenção e o combate à criminalidade são sinônimos de truculência a serviço das elites nacionais. É também um freio de contenção em quem acredita em operações espetaculosas, violentas e ostensivas como forma de garantir resultados na segurança.

Ocorre que a entrevista do secretário oferece uma inquietante sensação de recomeço. Sarubbio anunciou que está com "vários projetos saindo do forno", que serão apresentados nas próximas semanas. Ora, e que fim levou o programa de Enfrentamento às Organizações Criminosas, anunciado com pompa por Flávio Dino? Era, decerto, uma peça genérica de intenções, o que fica evidente quando Sarubbio nem sequer o menciona. Vê-se que o governo perdeu tempo em demasia, ora desfazendo os erros do governo anterior, ora ocupado com sua performance cênica. Ainda está para mostrar do que se ocupará daqui para a frente. ●